

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

Conforme mencionado nas Notas 11 (j) e (l), em novembro de 2012 a Companhia, através de sua controlada Valid USA, Inc. adquiriu substancialmente todos os ativos operacionais da VMark Inc. e em agosto de 2013 adquiriu a empresa ScreenCheck North America, LLC. Desta forma, os números referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão impactados pelos resultados oriundos destas transações.

A Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 10 de março de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão divulgadas a seguir:

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	2013	2012
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
CSB Transtex Chile S.A. (“Transtex Chile”)	(i) 100	(i) 100
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(ii) 100	(ii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100
Valid USA, Inc. (“Valid USA”)	(iii) 100	(iii) 100
Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”)	(iii) 100	(iii) 100
ScreenCheck North America, LLC (“ScreenCheck”)	(iii) 100	-
(i) Participação direta e indireta.		
(ii) Participação indireta através da Interprint		

(iii) Participação indireta através da Valid Espanha.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo nas informações consolidadas.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

2.3 Investimento em coligada

A controlada direta Interprint detém participação na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e este investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa sem a controlar.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é mensurado pelo percentual de participação detido da coligada multiplicado pelo seu patrimônio líquido.

A demonstração do resultado reflete a parcela detida pela Companhia nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de

transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4 Negócios em conjunto

A Valid detém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard com base no método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferente do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média, em conformidade com o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2).

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do

balanço. Todas as diferenças são registradas no patrimônio líquido.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

b) Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras das controladas Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA, Valid Solutions e ScreenCheck, sediadas respectivamente na Argentina, Chile, Espanha e Estados Unidos, foram preparadas com base na moeda funcional de cada controlada.

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior desde 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio na compra de uma controlada desde a adoção inicial do IFRS são contabilizadas no patrimônio líquido.

2.6 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

2.7 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que o imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, mas a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar

eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Considerando que a MP poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Companhia aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva. Entretanto, de acordo com estudos preliminares, não se esperam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é baixado ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Baixa dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou outros passivos, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures, classificados como outros passivos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, exceto pelo derivativo liquidado em 5 de agosto de 2013.

Outros passivos

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da

baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “hedge” (*“hedge accounting”*) nos períodos apresentados.

O Grupo liquidou seus instrumentos financeiros derivativos em 5 de agosto de 2013.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais médias ponderadas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 9,6%.
- Móveis e utensílios – 10,1%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.14 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

2.17 Arrendamento

O Grupo como arrendatário

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências

disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

2.21 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.22 Novos pronunciamentos contábeis

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - CPC 36 (R3)- Demonstrações Financeiras Consolidadas - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Acordos de Participação - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, consequentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixou de consolidar proporcionalmente, a partir de 1º janeiro de 2013, as suas controladas em conjunto Incard. Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da

Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas. Os períodos comparativos foram reapresentados, conforme demonstrados nos itens (i) a (iv) desta Nota.

- IFRS 12 - CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação, de acordo com a IFRS 12, são mais abrangentes do que as normas atuais. O impacto é uma maior divulgação de informações de suas controladas em conjunto, incluídas na Nota 11.
- IFRS 13 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações e divulgações acerca do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração e exige divulgações. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- Modificações à IAS 1 - CPC 26(R1) - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes - permitem apresentar o resultado e outros resultados abrangentes em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outros resultados abrangentes de forma que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. A Administração não identificou impactos relevantes decorrentes dessa nova norma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos, sendo as principais: a) eliminação do “método do corredor”; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de “juro líquido”, apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IAS 27 (revisada em 2011) - CPC 35 (R2) - Demonstrações Financeiras Separadas - refletem modificações da contabilização de participação não controladora e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IAS 28 (revisada em 2011) - CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” - As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - CPC 01 (R1); -

“Impairment” de Ativos (ii) que qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

- Modificações à IFRS 7 - CPC 40 (R1) - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

A Companhia concluiu a mensuração dos efeitos da adoção para a aplicação do IFRS 11 e identificou impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista que os investimentos na empresa Incard não atendem à definição de joint operations e, portanto, a partir de 1º de janeiro de 2013, a contabilização pelo método de equivalência patrimonial passou a ser efetuada de acordo com a participação detida nas investidas, o que produziu impacto no processo de desreconhecimento da consolidação proporcional na posição financeira ou resultado das operações quando comparado com a consolidação proporcional da Companhia, aplicável até 31 de dezembro de 2012.

O demonstrativo dos efeitos dos ajustes da adoção do pronunciamento IFRS 11 nos períodos comparativos apresentados nestas demonstrações financeiras é como segue:

i. Balanço Patrimonial:

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das alterações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	117.640	(1.861)	115.779
Contas a receber de clientes	177.007	(9.849)	167.158
Provisão para perdas sobre crédito	(1.158)	-	(1.158)
Impostos a recuperar	10.673	(2.780)	7.893
Estoques	107.619	(7.785)	99.834
Dividendos a receber	1.094	-	1.094
Outras contas a receber	21.570	(8)	21.562
Aplicações financeiras – caixa restrito	2.661	-	2.661
Despesas antecipadas	4.833	(520)	4.313
Total do ativo circulante	441.939	(22.803)	419.136
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	149.826	(4.903)	144.923
Depósitos judiciais	20.952	(1.151)	19.801
Impostos a recuperar	8.534	(3.297)	5.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.145	(455)	14.690
Outras contas a receber	4.932	-	4.932
Aplicações financeiras – caixa restrito	100.263	-	100.263
Investimentos	4.598	19.601	24.199
Imobilizado	340.062	(4.486)	335.576
Intangível	172.156	(122)	172.034
Total do ativo não circulante	666.642	10.090	676.732
Total do ativo	1.108.581	(12.713)	1.095.868

	Consolidado		
	31/12/2011	Efeito das alterações	01/01/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	171.780	(4.231)	167.549
Contas a receber de clientes	153.504	(11.766)	141.738
Provisão para perdas sobre crédito	(976)	-	(976)
Impostos a recuperar	32.167	(4.313)	27.854
Estoques	100.253	(8.997)	91.256
Outras contas a receber	4.414	(8)	4.406
Despesas antecipadas	6.151	(1.246)	4.905
Total do ativo circulante	467.293	(30.561)	436.732
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	29.166	(3.408)	25.758
Depósitos judiciais	12.279	(45)	12.234
Impostos a recuperar	3.555	(3.363)	192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.185	-	13.185
Outras contas a receber	147	-	147
Investimentos	3.429	20.524	23.953
Imobilizado	246.750	(2.910)	243.840
Intangível	168.963	(67)	168.896
Total do ativo não circulante	448.308	14.139	462.447
Total do ativo	915.601	(16.422)	899.179

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das alterações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	66.546	(10.865)	55.681
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	138.967	-	138.967
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	47.534	(274)	47.260
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12.612	(56)	12.556
Parcelamento de débitos fiscais	467	-	467
Derivativos	3	-	3
Outras contas a pagar	16.681	(278)	16.403
Total do passivo circulante	282.810	(11.473)	271.337
Passivo não circulante			
Fornecedores	147	-	147
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	263.799	-	263.799
Provisões	13.508	(880)	12.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.823	-	29.823
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	-	4.000
Derivativos	593	-	593
Outras contas a pagar	1.452	(360)	1.092
Total do passivo não circulante	313.322	(1.240)	312.082
Patrimônio líquido			
Capital social	360.000	-	360.000
Ações em tesouraria	(4.346)	-	(4.346)
Reservas de capital	6.670	-	6.670
Reservas de lucros	130.611	-	130.611
Ajustes acumulados de conversão	1.028	-	1.028
Proposta de distribuição de dividendos adicional	18.486	-	18.486
Total do patrimônio líquido	512.449	-	512.449
Total do passivo e patrimônio líquido	1.108.581	(12.713)	1.095.868

	Consolidado		
	31/12/2011	Efeito das alterações	01/01/2012
Passivo	(Publicado)		(Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	62.951	(10.914)	52.037
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	77.674	-	77.674
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	38.949	(194)	38.755
Impostos, taxas e contribuições a recolher	28.235	(3.868)	24.367
Parcelamento de débitos fiscais	579	-	579
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.798	-	10.798
Outras contas a pagar	3.758	(492)	3.266
Total do passivo circulante	222.944	(15.468)	207.476
Passivo não circulante			
Fornecedores	2.453	-	2.453
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	136.000	-	136.000
Parcelamento de débitos fiscais	1.643	-	1.643
Provisões	22.293	-	22.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.963	-	19.963
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	-	4.000
Outras contas a pagar	2.995	(954)	2.041
Total do passivo não circulante	189.347	(954)	188.393
Patrimônio líquido			
Capital social	360.000	-	360.000
Ações em tesouraria	(7.485)	-	(7.485)
Reservas de capital	6.111	-	6.111
Reservas de lucros	79.277	-	79.277
Ajustes acumulados de conversão	(504)	-	(504)
Proposta de distribuição de dividendo adicional	65.911	-	65.911
Total do patrimônio líquido	503.310	-	503.310
Total do passivo e patrimônio líquido	915.601	(16.422)	899.179

ii. Demonstração do resultado:

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das alterações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Receita de vendas líquida	937.139	(40.437)	896.702
Custos das mercadorias e serviços	(659.560)	35.269	(624.291)
Lucro bruto	277.579	(5.168)	272.411
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(59.315)	609	(58.706)
Despesas administrativas	(39.341)	1.271	(38.070)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16.756)	6	(16.750)
Resultado de equivalência patrimonial	4.063	(923)	3.140
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	166.230	(4.205)	162.025
Receitas financeiras	13.474	(658)	12.816
Despesas financeiras	(27.201)	2.851	(24.350)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	152.503	(2.012)	150.491
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.774)	2.468	(39.306)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.900)	(456)	(8.356)
Lucro líquido do período	102.829	-	102.829

iii. Demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das alterações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	152.452	(120)	152.332
Lucro líquido do período	102.829	-	102.829
Ajustes por			
Depreciação	30.131	(619)	29.512
Amortização	3.051	-	3.051
Provisões	(8.785)	(880)	(9.665)
Provisão para perdas sobre créditos	71	-	71
Provisão para obsolescência	4.174	-	4.174
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.900	456	8.356
Ganho na compra vantajosa	(965)	-	(965)
Equivalência patrimonial	(4.063)	923	(3.140)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	17.513	-	17.513
Derivativos	596	-	596
Variações nos ativos e passivos	3.162	237	3.399
Contas a receber de clientes	4.072	(1.917)	2.155
Impostos a recuperar	16.515	(1.599)	14.916
Estoques	7.175	(1.215)	5.960
Depósitos judiciais	(8.673)	1.106	(7.567)
Outras contas a receber	(17.766)	(727)	(18.493)
Fornecedores	(708)	49	(659)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	10.686	(80)	10.606
Impostos, taxas e contribuições a recolher	24.097	1.746	25.843
Pagamento de IR e CSLL	(39.736)	2.066	(37.670)
Outras contas a pagar	7.500	808	8.308
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	155.614	117	155.731
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(37.277)	2.170	(35.107)
Aquisição de investimentos e intangível	(5.770)	83	(5.687)
Dividendos recebidos	1.800	-	1.800
Aplicação financeira – caixa restrito	(102.924)	-	(102.924)
Aquisição de ativos da Vmark	(104.216)	-	(104.216)
Aquisição da Valid Solutions menos caixa líquido adquirido	(2.106)	-	(2.106)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimento	(250.493)	2.253	(248.240)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(89.211)	-	(89.211)
Juros sobre capital próprio pagos	(20.510)	-	(20.510)
Ações em tesouraria	1.344	-	1.344
Pagamento antecipado leasing	(5.281)	-	(5.281)
Debêntures	130.000	-	130.000
Pagamento de debêntures	(72.000)	-	(72.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(19.883)	-	(19.883)
Financiamentos	12.000	-	12.000
Pagamento de juros sobre financiamentos	(143)	-	(143)
Empréstimos	100.132	-	100.132
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	36.448	-	36.448
Ajustes acumulados de conversão	4.291	-	4.291
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(54.140)	2.370	(51.770)

iii. Demonstração dos fluxos de caixa (continuação):

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das alterações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Saldos do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	(171.780)	4.231	(167.549)
No fim do exercício	117.640	(1.861)	115.779
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(54.140)	2.370	(51.770)

iv. Demonstração do valor adicionado:

	Consolidado		
	31/12/2012	Efeito das alterações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Receitas	1.071.866	(55.627)	1.016.239
Vendas de mercadorias e serviços, líquidas de devoluções	1.062.747	(55.628)	1.007.119
Outras receitas	9.190	1	9.191
Provisão para perdas sobre créditos	(71)	-	(71)
Insumos adquiridos de terceiros	(447.740)	33.088	(414.652)
Custos das mercadorias e serviços	(372.304)	32.292	(340.012)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(75.436)	796	(74.640)
Valor adicionado bruto	624.126	(22.539)	601.587
Depreciação e amortização	(33.182)	619	(32.563)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	590.944	(21.920)	569.024
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	4.063	(923)	3.140
Receitas financeiras	13.474	(658)	12.816
Valor adicionado total a distribuir	608.481	(23.501)	584.980
Distribuição do valor adicionado	608.481	(23.501)	584.980
Pessoal e encargos (exceto INSS)	231.439	(2.870)	228.569
Remuneração direta	169.798	(2.307)	167.491
Benefícios	48.885	(389)	48.496
FGTS	12.756	(174)	12.582
Impostos, taxas e contribuições	217.053	(17.541)	199.512
Federais	172.370	(6.179)	166.191
Estaduais	23.169	(11.355)	11.814
Municipais	21.514	(7)	21.507
Remuneração de capitais de terceiros	57.160	(3.090)	54.070
Juros	27.201	(2.851)	24.350
Aluguéis	29.959	(239)	29.720
Remuneração de capitais próprios	102.829	-	102.829
Juros sobre capital próprio	12.771	-	12.771
Dividendos	20.238	-	20.238
Lucro retido	69.820	-	69.820

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014):

- IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.
- IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
- IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.
- IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.
- Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

c) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015):

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. O Grupo analisou os impactos dessas alterações e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados reais que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e

as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota 2.13, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

Provisão para participação nos lucros

A participação nos lucro e resultados paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação,

incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Caixa e bancos	5.486	2.551	34.015	41.404
Equivalentes de caixa	84.562	28.207	118.188	74.375
Total	90.048	30.758	152.203	115.779

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha, com liquidez imediata, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de perda de seu valor. As aplicações financeiras compreendem Certificado de Depósito Bancário – CDB e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

O aumento do saldo de equivalentes de caixa no período se refere, principalmente, a liberação da aplicação financeira – caixa restrito que lastreava o empréstimo conforme Nota 8.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Contas a receber de clientes	106.090	89.991	233.568	167.158
Provisão para perdas sobre créditos	(189)	(593)	(1.439)	(1.158)
Total	105.901	89.398	232.129	166.000

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
A vencer	65.139	65.682	148.626	110.888
Vencidos				
Até 30 dias	25.476	10.496	42.633	30.833
De 31 à 60 dias	5.127	7.961	13.126	16.055
De 61 à 90 dias	2.100	1.051	9.193	1.753
De 91 à 120 dias	705	2.153	3.704	2.457
Há mais de 121 dias	7.543	2.648	16.286	5.172
Total vencidos	40.951	24.309	84.942	56.270
Total	106.090	89.991	233.568	167.158

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

A Companhia analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e com base no histórico de recebimentos, e entende que em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os montantes provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
IR a recuperar	6.975	2.512	12.733	5.335
CSLL a recuperar	993	499	998	499
ICMS a recuperar	704	177	1.459	908
IPI a recuperar	8.723	5.898	9.112	6.190
Impostos federais retidos por clientes	291	-	325	32
INSS a recuperar	-	-	157	157
Outros	1	9	1	9
Total	17.687	9.095	24.785	13.130
Total circulante	12.547	3.955	19.548	7.893
Total não circulante	5.140	5.140	5.237	5.237
Total	17.687	9.095	24.785	13.130

A Companhia tem expectativa de realizar seus créditos de IPI a recuperar através de compensação com outros tributos federais e pedido de restituição junto às autoridades fiscais, portanto, a Administração entende que os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2013 são realizáveis.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Matéria prima	41.680	41.006	72.126	61.066
Produtos em processo	25.438	25.944	35.728	31.717
Peças e materiais de reposição	3.115	2.534	3.798	3.211
	70.233	69.484	111.652	95.994
Adiantamentos a fornecedores	4.481	2.734	6.406	3.840
Total	74.714	72.218	118.058	99.834

8. Aplicações financeiras – caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Total circulante	-	2.661	-	2.661
Total não circulante	-	100.263	-	100.263
Total	-	102.924	-	102.924

As aplicações financeiras – caixa restrito lastreavam o empréstimo tomado pela controlada Valid USA para a aquisição dos ativos da empresa VMark, Inc. (“VMark”). Estas aplicações restritas eram compostas de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) junto ao Deutsche Bank S.A. e sua remuneração era indexada a 100% da variação do CDI. A liberação desta aplicação estava condicionada às amortizações do empréstimo e pagamento de juros

adquirido pela Valid USA. Em 4 de junho de 2013 foi liberada a 1ª parcela de aplicação financeira restrita no montante de R\$ 1.319 mediante o pagamento da 1ª parcela dos juros do empréstimo adquirido pela Valid USA.

Em 31 de julho de 2013 a Valid S.A e sua controlada Valid USA, assinaram o aditamento ao contrato de empréstimo e garantias celebrado junto ao Deutsche Bank S.A. em 26 de novembro de 2012. De acordo com este aditivo contratual, os numerários dados em garantia ao empréstimo pela Valid S.A. que estavam alocados no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito foram liberados em sua totalidade para o caixa da Companhia a partir de 05 de agosto de 2013, sendo R\$ 102.265 referente ao principal aplicado e R\$ 659 e R\$ 4.397 referente a rendimentos auferidos dos exercícios de 2012 e 2013, respectivamente. Adicionalmente, os contratos de Swap cambial mencionados na nota explicativa 24, foram liquidados e geraram na data de 5 de agosto de 2013 uma entrada de caixa na Valid S.A no total R\$5.320, líquidos de imposto de renda.

Como contrapartida às liberações, a controlada Valid USA incorporou à dívida com o Deutsche Bank S.A. na mesma data, uma taxa de ajuste de risco de empréstimo no montante total de USD 3.500 aumentando o valor do principal de USD 49.000 para USD 52.500, mantendo, porém, o cronograma de pagamentos e efetuando um ajuste na taxa efetiva do contrato, sendo o mesmo amortizado pelo prazo contratual conforme Nota 13.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Trabalhistas	9.217	7.351	13.258	10.782
Tributários	8.339	8.698	8.339	8.768
Cíveis, comerciais e outros	6.897	251	6.897	251
Total	24.453	16.300	28.494	19.801

Em 8 de fevereiro de 2013 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao processo nº 2008.34.00.029636-4 no valor de R\$ 6.646. Este processo possui expectativa de perda possível, tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e tem como objeto obter a suspensão de exigibilidade de multa imposta pela mesma à Companhia no processo administrativo nº 53.508.009981/2004, por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo e sua movimentação estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido		
	31/12/2012		31/12/2013
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	2.132	941	3.073
Comissões a pagar	573	56	629
Provisão para fretes	121	63	184
Provisão para obsolescência imobilizado	1.420	(1)	1.419
Provisão para royalties	770	854	1.624
Provisão honorários advocatícios	476	108	584
Provisão para PLR	-	1.278	1.278
Outras adições temporárias	1.062	916	1.978
Total imposto diferido ativo	6.554	4.215	10.769
Impostos diferido passivos com relação a:			
Diferença depreciação – CPC 27	(2.730)	(1.507)	(4.237)
Total imposto diferido passivo	(2.730)	(1.507)	(4.237)
Total imposto diferido	3.824	2.708	6.532

	Consolidado		
	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido		
	31/12/2012		31/12/2013
	(Reapresentado)		
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	3.012	439	3.451
Efeito fiscal da contraprestação contingente	-	6.626	6.626
Comissões a pagar	687	155	842
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	10.182	8.087	18.269
Provisão para fretes	158	60	218
Provisão para obsolescência do imobilizado	1.420	(1)	1.419
Provisão para royalties	771	860	1.631
Provisão honorários advocatícios	476	108	584
Provisão para PLR	-	1.678	1.678
Outras adições temporárias	2.003	1.872	3.875
Total imposto diferido ativo	18.709	19.884	38.593
Impostos diferido passivos com relação a:			
Amortização fiscal do ágio dedutível	(30.934)	(3.363)	(34.297)
Diferença depreciação – CPC 27	(2.908)	(1.669)	(4.577)
Total imposto diferido passivo	(33.842)	(5.032)	(38.874)
Total imposto diferido	(15.133)	14.852	(281)

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela

diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (considerando a vida útil do bem).

A Companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos da seguinte forma:

31/12/2013					
Compensação	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	10.769	7.880	13.791	6.153	38.593
Impostos diferidos passivos	(4.237)	(34.637)	-	-	(38.874)
Total ativos fiscais	6.532	-	13.791	6.153	26.476
Total passivos fiscais	-	(26.757)	-	-	(26.757)

31/12/2012 - (Reapresentado)					
Compensação	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	6.554	1.289	5.054	5.812	18.709
Impostos diferidos passivos	(2.730)	(31.112)	-	-	(33.842)
Total ativos fiscais	3.824	-	5.054	5.812	14.690
Total passivos fiscais	-	(29.823)	-	-	(29.823)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2014	7.695	17.037
2015	3.074	9.926
2016	-	4.394
2017	-	610
a partir de 2017	-	6.626
Total	10.769	38.593

11. Investimentos e intangível

Investimentos

A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					Saldos em 31/12/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
Investidas						
Valid Par	847	-	99	(63)	-	883
Interprint	204.744	-	(120)	50.827	(40.000)	215.451
Valid Espanha	26.528	-	8.126	2.955	-	37.609
Valid Argentina	9.463	1.583	(1.836)	3.688	-	12.898
Transtex Chile	26	(72)	46	-	-	-
Trust	12.406	-	-	2.500	(4.000)	10.906
	254.014	1.511	6.315	59.907	(44.000)	277.747
Ágio						
Valid Espanha	33.161	-	6.535	-	-	39.696
Valid Argentina	6.179	-	(840)	-	-	5.339
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	42.989	-	5.695	-	-	48.684
Total	297.003	1.511	12.010	59.907	(44.000)	326.431

Investimento	Consolidado					Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
(Reapresentado)						
Multidisplay	4.598	-	-	4.251	(2.494)	6.355
Incard	19.601	-	-	(1.908)	-	17.693
Total	24.199	-	-	2.343	(2.494)	24.048

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto podem ser resumidas da seguinte forma:

31 de dezembro de 2013						
Controladas e controladas em conjunto	Total dos ativos	Total dos passivos	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	897	14	(62)	883	1.031	100
Interprint	264.442	48.991	50.827	215.451	227.500	100
Incard	74.181	36.753	(1.772)	37.428	-	(**) 50
Valid Certificadora	38.671	25.182	3.465	13.489	20.000	(**) 100
Valid Espanha	85.373	47.764	2.953	37.609	164	100
Valid Argentina	28.648	15.156	3.858	13.492	19.025	(*) 100
Transtex Chile	-	-	-	-	1	(*) 100
Trust	13.352	2.446	2.500	10.906	17.500	100
Valid USA	172.195	160.757	(9.145)	11.438	100	(**) 100
Valid Solutions	1.905	1.502	(3.599)	403	-	(**) 100
ScreenCheck	12.997	3.272	1.163	9.725	-	(**) 100

(*)Participação direta e indireta.

(**)Participação indireta através da Interprint.

(***)Participação indireta através da Valid Espanha

(***) Controlada em conjunto indireta através da Interprint.

a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("CPC 01").

b) Valid Participações Ltda.

A Valid Participações Ltda. cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 3 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

c) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

d) CSB Transtex Chile S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil. No 4º trimestre de 2013 a Transtex Chile encerrou suas atividades.

e) Interprint Ltda.

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard, detido pela Companhia através da sua subsidiária Interprint, refere-se a uma joint venture com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos chips para a produção de smart cards e produtos correlatos.

Em 27 de março de 2013, a controlada Interprint resolveu denunciar o Joint Venture Agreement, firmado em 3 de abril de 2002 com a empresa Incard S.A., pelo fato do mesmo não vir alcançando os propósitos nele estabelecidos. Atualmente as operações da Incard estão temporariamente suspensas e a Companhia, em conjunto com o outro acionista da Incard, estão definindo as próximas ações a serem tomadas. Considerando que a Incard está ativa e em condições de retomada de suas operações, à luz do que dispõe o pronunciamento técnico CPC 31, equivalente ao IFRS 5, seu investimento não deve ser considerado como uma operação descontinuada em 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi identificada e constituída uma provisão para perda no investimento detido da Incard no montante de R\$1.022.

g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 2 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de R\$15.332 pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955.

Em 1º de setembro de 2013, foi pago a título de *earn-out*, após terem sido atingidas as metas pactuadas no contrato de compra e venda, o montante de R\$ 19.488, o qual foi registrado na rubrica de “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414 relativo a rentabilidade futura com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

i) Valid Certificadora Digital Ltda.

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A Controladora Valid S.A., concedeu carta de fiança em nome da sua controlada Valid Certificadora no montante de R\$ 20.000, a fim de garantir a execução contratual referente às obrigações dos critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

j) Valid USA, Inc.

A Valid USA, Inc. (“Valid USA”) foi constituída em 15 de abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos, conforme contrato social. A Valid Espanha possui 100% de seu capital social. Em 6 de novembro de 2012, a Valid USA obteve a aprovação pelo Tribunal de Falência dos Estados Unidos (Distrito Norte de Illinois) do seu acordo para a aquisição de substancialmente todos os ativos operacionais da Vmark, Inc., empresa sediada em Illinois, Estados Unidos da América, e algumas de suas afiliadas, sendo elas: Versatile Card Technology (VCT), Qualteq, Inc. (d/b/a VCT – New Jersey, Inc.), Creative Automation (CAC), Unique Mailing Services (UMS), Global Card Services (GCS), unique Embossing Services (UES), Automated Presort (API), Fulfillment Excellence (FXI), Unique Data Services (USD) e Veluchamy, LLC (em conjunto “Vmark”). O valor da aquisição foi de US\$ 49.452 mil (R\$ 104.216 na data da aquisição).

Os ativos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>30/11/2012</u>
Ativo	
Contas a receber de clientes	27.211
Estoques	11.251
Outras contas a receber	2.617
Imobilizado	60.910
Intangível	1.814
Total dos ativos adquiridos – valor justo	103.803
Valor pago pela aquisição dos ativos da Vmark	(104.216)
Ágio na aquisição dos ativos da Vmark	413

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 14.838 referentes aos ativos da Vmark, foram reconhecidos como despesa, na rubrica “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2012, as receitas de 2012 da Companhia seriam incrementadas em R\$ 235.956 e o lucro líquido reduzido em R\$ 10.971, no qual não estão incluídos os custos referentes à aquisição mencionada anteriormente. A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho da Vmark combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação com exercícios futuros.

A Valid USA efetuou gasto com a reestruturação da empresa no decorrer do ano de 2013 que totalizou aproximadamente R\$ 17.850, o qual foi registrado na rubrica de “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado.

k) Valid Secure Solutions LLC.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2012, aprovou a aquisição de 100% do capital social da PPI Secure Solutions LLC (“PPI”), empresa com sede na Pennsylvania, Estados Unidos. Em setembro de 2012 a empresa teve sua razão social alterada para Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”). A Valid Solutions atua na área de atendimento a contingências na área de meios de pagamento (“disaster recovery”). A aquisição foi realizada através da Valid USA em dinheiro, pelo montante total de R\$ 2.548, sendo apurado um ganho na compra vantajosa no valor

total de R\$ 965, reconhecido como receita na rubrica “Outras receitas operacionais” na demonstração do resultado.

Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>24/05/2012</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	442
Contas a receber de clientes	253
Estoques	276
Outras contas a receber	166
Ativo não circulante	74
Imobilizado	4.243
Total dos ativos adquiridos	<u>5.454</u>
Passivo	
Passivo circulante	(1.941)
Total dos passivos assumidos	<u>(1.941)</u>
Total do ativo líquido a valor justo	<u>3.513</u>
Valor pago pela aquisição da Valid Solutions	(2.548)
Ganho na compra vantajosa da Valid Solutions	<u>965</u>

I) ScreenCheck North America, LLC.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de agosto de 2013, aprovou a aquisição, através de sua subsidiária Valid USA, de 100% do capital social da sociedade limitada ScreenCheck North America, LLC (“ScreenCheck”), empresa com sede em Indiana, Estados Unidos. A ScreenCheck é fornecedora de soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o workflow de acordo com as regras do AAMV e adaptável a diferentes projetos que envolvam a área de identificação. O preço de compra foi de US\$ 7.576 mil (equivalente a R\$ 17.262 na data da aquisição), tendo sido US\$ 4.662 mil (equivalente a R\$ 10.621 na data da aquisição) pagos a vista, somados a uma contraprestação contingente, calculada com base em uma estrutura de *earn-out*, cujo valor justo na data da aquisição é de US\$ 2.914 mil (equivalente a R\$ 6.641 na data da aquisição), classificado no passivo na rubrica “contas a pagar – aquisição de empresas”, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas pactuadas no contrato de aquisição. O valor da contraprestação contingente é indexado ao Dólar e, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 6.826.

O ágio reconhecido nesta aquisição foi de R\$ 8.968 conforme detalhado na Nota 29 (b).

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2013, as receitas auferidas até dezembro de 2013 da Companhia seriam incrementadas em R\$ 6.455 e o lucro líquido em R\$ 643, no qual não estão incluídos os custos referentes à aquisição mencionada anteriormente. A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho da ScreenCheck.

Intangível

A movimentação dos saldos de intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada como segue:

Intangível	Controladora				Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições (baixas)	Amortização	Transferências	
Vida útil definida					
Software	7.655	5.930	(3.306)	1.141	11.420
Total	7.655	5.930	(3.306)	1.141	11.420

Intangível	Consolidado						Saldos em 31/12/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições (baixas)	Aquisição de controlada	Amortização	Variação Cambial	Transferências	
	(Reapresentado)						
Vida útil definida							
Software	8.312	6.348	4.466	(4.100)	333	1.141	16.500
Marcas e patentes	1.759	-	-	-	-	-	1.759
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	-	-	85.962
Valid Espanha	33.161	-	-	-	6.535	-	39.696
Multidisplay	13.955	-	-	-	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	-	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	-	-	11.099
Valid Argentina	6.505	-	-	-	(885)	-	5.620
Trust	3.649	-	-	-	-	-	3.649
Vmark	401	-	-	-	58	-	459
ScreenCheck	-	-	8.968	-	252	-	9.220
Total	172.034	6.348	13.434	(4.100)	6.293	1.141	195.150

(*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

12. Imobilizado

	Controladora										
	Terrenos	Edifica- ções	Máquinas e equipa- mentos	Leasing de máquinas e equipa- mentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeito- rias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2012	3.732	71.102	177.672	27.417	10.723	2.466	94.578	10.490	6.876	933	405.989
Adições	-	467	6.203	-	814	724	8.566	-	9.360	11.103	37.237
Baixas	-	-	(4.023)	(1.554)	(6)	(553)	(157)	-	-	(9.835)	(16.128)
Transferências	-	6.532	822	-	264	-	(252)	-	(9.659)	-	(2.293)
Saldos em 31/12/2013	3.732	78.101	180.674	25.863	11.795	2.637	102.735	10.490	6.577	2.201	424.805
Depreciação											
Saldos em 31/12/2012	-	(20.559)	(96.362)	-	(6.109)	(606)	(76.829)	(5.573)	-	-	(206.038)
Adições	-	(2.847)	(10.028)	(3.047)	(735)	(626)	(7.995)	(203)	-	-	(25.481)
Baixas	-	-	3.885	-	2	371	86	-	-	-	4.344
Transferências	-	-	-	-	-	-	1.152	-	-	-	1.152
Saldos em 31/12/2013	-	(23.406)	(102.505)	(3.047)	(6.842)	(861)	(83.586)	(5.776)	-	-	(226.023)
Valor residual líquido em 31/12/2012	3.732	50.543	81.310	27.417	4.614	1.860	17.749	4.917	6.876	933	199.951
em 31/12/2013	3.732	54.695	78.169	22.816	4.953	1.776	19.149	4.714	6.577	2.201	198.782
	Consolidado										
	Terrenos	Edifica- ções	Máquinas e equipa- mentos	Leasing de máquinas e equipa- mentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeito- rias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	7.073	104.726	357.438	27.417	14.380	3.626	134.370	11.991	7.315	933	669.269
Adições	-	683	9.986	-	2.598	862	15.735	2.059	13.071	17.156	62.150
Aquisição de controladas	183	1.591	-	-	114	-	-	-	-	-	1.888
Baixas	-	-	(10.965)	(1.554)	(375)	(704)	(232)	(8)	-	(10.052)	(23.890)
Ajuste cambial	428	(189)	7.692	-	141	112	1.576	(14)	-	37	9.783
Transferências	-	7.769	735	-	384	-	(80)	-	(11.101)	-	(2.293)
Provisão para obsolescência	-	-	(2.167)	-	-	-	-	-	-	-	(2.167)
Saldos em 31/12/2013	7.684	114.580	362.719	25.863	17.242	3.896	151.369	14.028	9.285	8.074	714.740
Depreciação											
Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	-	(37.843)	(176.836)	-	(8.420)	(948)	(102.934)	(6.712)	-	-	(333.693)
Adições	-	(4.158)	(25.046)	(3.047)	(1.061)	(943)	(12.264)	(397)	-	-	(46.916)
Baixas	-	-	4.968	-	9	520	129	-	-	-	5.626
Ajuste cambial	-	(280)	(2.999)	-	(56)	(50)	(663)	152	-	-	(3.896)
Transferências	-	-	15	-	(3)	-	1.140	-	-	-	1.152
Saldos em 31/12/2013	-	(42.281)	(199.898)	(3.047)	(9.531)	(1.421)	(114.592)	(6.957)	-	-	(377.727)
Valor residual líquido em 31/12/2012	7.073	66.883	180.602	27.417	5.960	2.678	31.436	5.279	7.315	933	335.576
em 31/12/2013	7.684	72.299	162.821	22.816	7.711	2.475	36.777	7.071	9.285	8.074	337.013

Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía determinadas máquinas e

equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor aproximado de R\$3.895 (R\$ 3.804 em 31 de dezembro de 2012).

13. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos(a)	Financiamentos(b)	Leasing a Pagar(c)
Tomador	Valid USA	Valid Certificadora	Valid S.A.
Valor total	US\$ 52.500 mil	R\$ 29.875	R\$ 25.863
Data de Vencimento	Nov/18	Setembro/18	Novembro/2018
Remuneração	2,64% a.a.	TJLP + 1,5% a.a	10,85% a.a.
Garantia	-	Fiança Bancária	Equipamentos
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Trimestrais (a partir de Out/14)	Mensais
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Trimestrais	Mensais

Debêntures (d)	1ª emissão-20/04/2008	2ª emissão-17/10/2011	3ª emissão-27/12/2012	4ª emissão-30/04/2013
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 28/01/2008	Reunião do Conselho de Administração em 07/10/2011	Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2012	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013
Quantidade	18.000 debêntures simples não conversíveis em ações	10.000 debêntures simples não conversíveis em ações	13.000 debêntures simples não conversíveis em ações	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 180.000.000	R\$ 100.000.000	R\$ 130.000.000	R\$ 250.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	20 de abril de 2013	17 de outubro de 2013	27 de junho de 2014	30 de abril de 2018
Remuneração	Taxa média DI + 1,50% a.a.	Taxa média DI + spread (de até 1,07% a.a.)	Taxa média DI + spread (de até 1,20% a.a.)	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	5 parcelas semestrais e iguais	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	4 parcelas anuais a partir do 2º ano
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Não aplicável	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Debêntures 1ª emissão	-	36.561	-	36.561
Debêntures 2ª emissão	-	101.544	-	101.544
Debêntures 3ª emissão	-	130.081	-	130.081
Debêntures 4ª emissão	254.222	-	254.222	-
Leasing	20.057	22.135	20.057	22.135
Financiamento	-	-	21.556	12.032
Empréstimo Valid USA	-	-	116.142	100.375
Conta garantida Valid Argentina	-	-	115	38
Total	274.279	290.321	412.092	402.766
Circulante	4.222	138.654	18.928	138.967
Não Circulante	270.057	151.667	393.164	263.799
Total	274.279	290.321	412.092	402.766

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos:

a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, através da subsidiária Valid USA, o Grupo captou o empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América.

A Companhia em relação a esse empréstimo apresentava uma aplicação financeira – caixa restrito, conforme divulgado na Nota 8, na qual era dado em garantia. A liberação desta aplicação estava condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA.

Em 28 de maio de 2013 foram pagos juros no valor total de US\$ 654 mil (R\$ 1.394).

Em 31 de julho de 2013 a Valid S.A e sua controlada Valid USA, assinaram o aditamento ao contrato de empréstimo e garantias celebrado junto ao Deutsche Bank S.A. liberando em 5 de agosto de 2013, o numerário dado em garantia que estava alocado anteriormente no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito, sendo R\$ 102.265 referente ao principal aplicado e R\$ 5.056 referente a rendimentos auferidos e liquidando os contratos de Swap cambial cuja liberação gerou uma entrada de caixa na Valid S.A. no total de R\$ 5.320, líquidos de imposto de renda.

Como contrapartida as liberações, a controlada Valid USA incorporou à dívida com o Deutsche Bank S.A. na mesma data, uma taxa de ajuste de risco de empréstimo no montante total de USD 3.500 aumentando o valor do principal de USD 49.000 para USD 52.500, mantendo porém, o cronograma de pagamentos e efetuando um ajuste na taxa efetiva do contrato, sendo o mesmo amortizado pelo prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos dos empréstimos registrados no Grupo estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Principal	115.854	100.132
Juros	288	243
Total	116.142	100.375
Total circulante	13.191	243
Total não circulante	102.951	100.132
Total	116.142	100.375

b) Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, através da subsidiária indireta Valid Certificadora, o Grupo captou o financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$ 29.875, tendo sido liberado o montante de R\$ 21.500 até 31 de dezembro de 2013.

Até 31 de dezembro foram pagos juros remuneratórios no valor total de R\$ 1.275 referentes a este financiamento.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos dos financiamentos registrados no grupo estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Principal	21.500	12.000
Juros	56	32
Total	21.556	12.032
Total circulante	1.400	32
Total não circulante	20.156	12.000
Total	21.556	12.032

c) Leasing a pagar

A Companhia possui arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros. O prazo médio desses arrendamentos é de 6 anos. A Companhia possui opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. As obrigações do Grupo assumidas por meio de arrendamentos financeiros estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

As taxas de juros para todas as obrigações assumidas, por meio de arrendamentos financeiros, são estimadas em cada ano e em 2013 foi calculada a 10,85% ao ano com base nas taxas de mercado.

Adicionalmente, conforme previsto em contrato a Companhia realizou adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 20.451 na qual serão descontadas nas prestações futuras estando as mesmas atreladas ao dólar, sendo parte destas prestações referente ao pagamento da máquina e parte referente à operação da máquina. A parcela do adiantamento referente à aquisição da máquina está apresentada líquida na rubrica de “Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar” e a parcela referente à operação da máquina na rubrica “Outras contas a receber”.

Abaixo demonstraremos os pagamentos mínimos futuros a pagar, líquidos dos adiantamentos sobre os arrendamentos financeiros em 31 de dezembro de 2013.

	Controladora e Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de leasing	5.126	20.884	-	26.010
Adiantamento	(5.126)	(827)	-	(5.953)
Total de pagamentos líquidos	-	20.057	-	20.057

d) Debêntures

A Companhia efetuou pagamento, em 16 de abril de 2013, de R\$ 3.822 a título de juros referentes a 2ª emissão de debêntures, liquidou em 22 de abril de 2013 a última parcela da 1ª emissão de debêntures realizando o pagamento de R\$ 36.000 referente ao principal e de R\$ 1.479 referente a juros e em 7 de maio de 2013 liquidou antecipadamente, na sua totalidade, a 3ª emissão de debêntures realizando o pagamento de R\$ 130.000 referente ao principal e de R\$ 3.708 referente a juros. Em 16 de outubro de 2013 a Companhia liquidou a 2ª emissão de debêntures realizando o pagamento de R\$ 100.000 referente ao principal e de R\$ 4.530

referente a juros e em 29 de outubro de 2013 efetuou pagamento a título de juros referentes a 4ª emissão de debêntures no valor de R\$ 11.217.

Em 30 de abril de 2013 a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures captando R\$ 250.000.

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Circulante		
Principal – 1ª emissão	-	36.000
Principal – 2ª emissão	-	100.000
Juros – 1ª emissão	-	561
Juros – 2ª emissão	-	1.544
Juros – 3ª emissão	-	81
Juros – 4ª emissão	4.222	-
	4.222	138.186
Não circulante		
Principal – 3ª emissão	-	130.000
Principal – 4ª emissão	250.000	-
	250.000	130.000
Total	254.222	268.186

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants*, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, na data-base de 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar:

	Controladora	Consolidado
2014	4.222	18.928
2015	67.124	101.292
2016	67.951	102.712
2017	67.950	103.310
2018	67.032	85.850
Total	274.279	412.092

14. Operações de arrendamento operacional

a) Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. O Grupo não tem a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

b) Pagamentos reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pagamentos de arrendamento	10.057	10.641	10.057	10.641

c) Compromisso de arrendamento operacional não cancelável

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Até um ano	7.592	6.552	7.592	6.552
De um a cinco anos	7.172	7.468	7.172	7.468

A Companhia não possui passivos reconhecidos em relação a contratos onerosos de arrendamento operacional.

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)	
IR a recolher	1.123	1.037	10.758	6.044
CSLL a recolher	-	-	648	568
ICMS a recolher	141	571	143	719
IPI a recolher	-	-	96	41
ISS a recolher	1.511	1.418	1.831	1.555
COFINS a recolher	2.061	2.169	2.805	2.852
PIS a recolher	447	471	609	620
Outros	151	84	183	157
Total	5.434	5.750	17.073	12.556

16. Parcelamento de débitos fiscais**Programa de parcelamento especial de débitos – PAES**

As controladas Interprint e Tecnoformas (incorporada pela Interprint em 31 de outubro de 2009) optaram pelo parcelamento especial de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecido como REFIS II, consolidando todos os débitos federais com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, relativos aos valores referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que vinham sendo discutidos judicialmente, os quais, mediante a desistência dos processos de questionamento, também foram incluídos no PAES.

O valor da prestação corresponde ao maior valor entre 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela e 1/180 do total do débito consolidado, não podendo ser inferior a R\$ 2, garantido o prazo máximo de 120 parcelas caso seja adotado o percentual de 1,5% sobre a receita bruta. Com base na expectativa de faturamento, a Administração do Grupo adotou o prazo total de 120 meses para definição das parcelas de curto e longo prazo nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013 o parcelamento especial de débitos – PAES já havia terminado tendo todas as suas parcelas liquidadas.

17. Provisões

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Trabalhistas	7.819	11.756	(11.847)	7.728
Tributárias	-	8	-	8
Cíveis, comerciais e outros	654	682	(34)	1.302
Total	8.473	12.446	(11.881)	9.038

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
	(Reapresentado)			
Trabalhistas	9.783	15.176	(13.606)	11.353
Tributárias	2.191	8	(2.191)	8
Cíveis, comerciais e outros	654	701	(34)	1.321
Total	12.628	15.885	(15.831)	12.682

a) Provisões

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda provável e, portanto, reconhecidas as respectivas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- **Cíveis:** Principalmente discussões sobre questões contratuais diversas onde podemos destacar como mais relevante o processo da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP no montante aproximado de R\$ 764.
- **Trabalhistas:** Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. As reclamações mais relevantes dizem respeito a equiparação salarial no valor agregado de aproximadamente R\$ 2.441 e a pagamento de benefícios diversos no valor agregado de aproximadamente R\$ 2.157.
- **Tributárias:** Envolvem cumprimento de obrigações fiscais relativas a órgãos Federais não havendo nenhum montante relevante individualmente.

b) Causas com probabilidade de perda possível

A Companhia discute na esfera judicial, ações para as quais existe a expectativa de perda possível e entende que para estas não há necessidade de reconhecimento de provisão correspondente, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	19.073	25.033
Tributários	67.286	36.321
Cíveis, comerciais e outros	26.988	23.425
Total	113.347	84.779

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Trabalhistas	20.220	27.731
Tributários	95.540	73.360
Cíveis, comerciais e outros	45.572	37.689
Total	161.332	138.780

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

- **Processos tributários:**

i) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao suposto enquadramento equivocado de classificação de bens na tabela de IPI gerando débito de imposto e glosa de créditos relativos ao mesmo e em razão do não recolhimento do creditamento do imposto realizado pela Companhia e posterior utilização para compensação com débitos do mesmo imposto.

Em relação aos autos de infração supostamente devidos ao enquadramento equivocado de classificações de bens na tabela de IPI e em relação ao não recolhimento do creditamento do imposto, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes. O valor atualizado destes processos montam aproximadamente R\$ 30.428 e R\$ 14.356 respectivamente.

ii) Auto de infração – Arquivos eletrônicos fiscais

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração, no montante atualizado de R\$ 7.125, referente a multa por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

iii) Execução fiscal ICMS – São Paulo

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controlada Interprint auto de infração no montante atualizado de aproximadamente R\$ 3.163, referente a cobrança de suposto débito de ICMS relativo a diferenças de recolhimento deste imposto por divergência de base de cálculo, relativo a venda de cartões indutivos.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos

iv) INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS está cobrando crédito tributário da controladora no montante atualizado de R\$ 8.237.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para este processo.

- **Processos cíveis, comerciais e outros:**

- i) Ação cível ajuizada contra a controladora, cujo autor é o ex-representante comercial da controladora, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. O valor atualizado da ação atribuído pelo ex-representante é de R\$ 19.508.
- ii) Ação cível ajuizada contra a controladora requerendo nulidade de contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de telecomunicações, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 6.982.
- iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 18.540.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

- **Processos trabalhistas:**

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. A reclamação possível de maior representatividade refere-se a um processo movido por um ex-representante comercial que efetua o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento dos benefícios e direitos trabalhistas no montante de R\$ 12.647.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, não constituiu provisões para estes processos.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia para garantir compromissos em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 10.956 na controladora e R\$ 14.512 no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

18. Transações com partes relacionadas

		Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012
Ativo		31.510	33.682
Circulante			
Contas a receber		14	3
Interprint		8	-
Valid Argentina		6	3
Dividendos a receber		-	25.057
Interprint		-	20.000
Valid Espanha		-	5.057
Outras contas a receber		1.948	-
Valid Argentina - mútuo		1.948	-
Não Circulante			
Outras contas a receber		29.548	8.622
Valid Argentina - mútuo		-	3.043
Valid Espanha - mútuo		29.548	5.579
Passivo		(36)	(130)
Circulante			
Fornecedores		(36)	(130)
Valid Certificadora		(2)	-
Trust		(34)	-
Valid Argentina		-	(47)
Valid Espanha		-	(83)
		Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012
Demonstração dos resultados			
Receita líquida		3.318	560
Valid Certificadora		12	-
Interprint		179	241
Trust		145	19
Valid Argentina		1.996	213
Valid Espanha		986	87
Custo das mercadorias e serviços		3.318	560
Valid Certificadora		12	-
Interprint		179	241
Trust		145	19
Valid Argentina		1.996	213
Valid Espanha		986	87
Receita financeira		7.509	4.663
Valid Argentina		810	599
Valid Espanha		6.699	4.064
Despesa financeira		3.363	2.794
Interprint		280	280
Valid Argentina		321	233
Valid Espanha		2.762	2.281

A controlada Interprint compra alguns insumos diretamente da Valid. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima.

Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000 mil. A Valid Argentina (mutuaria) se comprometeu a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias. Em julho de 2013 foi capitalizado parte do montante mutuado no valor de US\$ 711 mil (R\$ 1.583 na data da capitalização).

Em 26 de setembro de 2012, a controlada Valid Espanha firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 5.000 mil, contrato este que foi aditado em 21 de maio de 2013 aumentando este montante para até US\$ 10.000 mil e novamente aditado em 8 de agosto aumentando este montante para até US\$ 20.000 mil. A Valid Espanha (mutuaria) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios mensais equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para os títulos federais – SELIC, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias. Até 31 de dezembro de 2013 já havia sido remetido o montante total de R\$ 29.548.

Em 16 de abril de 2013, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada Interprint no montante de até R\$ 30.000. A Valid (mutuaria) se comprometia a restituir a Interprint (mutuante) a quantia mutuada, indexada pelo percentual do CDI e acrescida de juros remuneratórios mensais de 0,93%, os quais incidiriam pró-rata dia da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias. Em 19 de abril de 2013 a mutuaria recebeu R\$ 24.000 e em 2 e 3 de maio de 2013 recebeu R\$ 2.500 e R\$ 1.000 respectivamente. Em 10 de junho de 2013 a mutuaria liquidou o referido contrato de mútuo pagando o total de R\$ 27.780, sendo R\$ 27.500 referente ao principal e R\$ 280 de juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2013, Valid Espanha possui com a Valid Argentina, em seu ativo, contas a receber no montante de R\$ 447 e em seu passivo, contas a pagar no montante de R\$ 10. Tendo em vista que se trata de transações entre controladas da Companhia, as mesmas não tem efeito na controladora e no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2012 a coligada indireta Multidisplay registrou dividendos a pagar à controlada Interprint no montante de R\$ 1.094 e em fevereiro de 2013 registrou o montante de R\$ 406 totalizando R\$ 1.500 pagos em 28 de fevereiro de 2013. Em março a Multidisplay aprovou distribuição de dividendos de R\$ 900 recebidos em 18 de junho de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a coligada indireta Multidisplay registrou dividendos a pagar à controlada Interprint no montante de R\$ 749 e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 438 totalizando assim, um saldo passivo da Multidisplay com a Interprint de R\$ 1.187.

As transações com os Administradores estão divulgadas na Nota 23.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o capital subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações ("CPC 10"), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*).

Ganho na venda de ações em tesouraria

A Companhia no exercício de 2013 realizou o pagamento de parte da remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$1.232, classificado como reserva de capital, no patrimônio líquido.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para investimento

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva para investimento é constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios e submetida para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A constituição de reserva referente ao exercício de 2012 no valor de R\$ 46.192 foi aprovada em 30 de abril de 2013 e a constituição referente ao exercício de 2013 no valor de R\$ 22.371 será submetida a aprovação.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 21 de janeiro de 2013 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 12.438, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,2240 por ação (em Reais) os quais foram pagos em 30 de janeiro de 2013.

A Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a destinação adicional de R\$ 18.486 como dividendos do exercício de 2012, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia a qual foi aprovada em 30 de abril de 2013 em Assembleia Geral Ordinária e paga em 15 de maio de 2013.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 14 de agosto de 2013 aprovou pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 5.559 e de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.773 pagos em 26 de agosto de 2013, aprovou em reunião realizada em 21 de outubro de 2013 pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.369 e de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 6.116 pagos em 6 de novembro de 2013 e aprovou em reunião realizada em 26 de dezembro de 2013 pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.563 pagos em 31 de janeiro de 2014.

Adicionalmente a Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a destinação adicional de R\$ 7.952 como dividendos do exercício de 2013, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia está propondo à Assembleia Geral de Acionistas, destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme a seguir:

	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	91.727
Constituição de reserva legal	(4.586)
Dividendos intermediários pagos/ a pagar referentes ao exercício de 2013	(26.491)
Juros sobre capital próprio intermediários pagos referentes ao exercício de 2013	(30.327)
Dividendos adicionais propostos	(7.952)
Destinação do lucro remanescente para Reserva para investimento	<u>22.371</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	91.727	102.829
Apropriação à reserva legal	(4.586)	(5.142)
Lucro líquido ajustado	87.141	97.687
(x) dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	21.785	24.422
Dividendos pagos/a pagar	26.491	20.238
Juros sobre capital próprio pagos (bruto)	30.327	12.771
	56.818	33.009
Dividendos adicionais propostos pela Administração	7.952	18.486
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/pagos	64.770	51.495

e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de opção de compra de ações. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém 153.734 ações ordinárias em tesouraria (225.147 ações em 31 de dezembro de 2012), cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)		
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	16,10	20,79	18,97

A Companhia no segundo trimestre de 2013 realizou o pagamento de remuneração de administradores com 71.413 ações em tesouraria (valor contábil de R\$ 1.355) e obteve um ganho de R\$ 1.232, sendo este registrado em reserva de capital.

Baseado na última cotação de mercado disponível em 31 de dezembro de 2013, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 4.950, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última cotação
Ação ordinária	38,10	44,95	41,53	32,20

f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras ("CPC 02"), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA, Valid Solutions e ScreenCheck e da conversão do ágio. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta rubrica era credor de R\$ 13.039 (credor de R\$ 1.028 em 31 de dezembro de 2012).

20. Resultado por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os exercícios de 2013 e 2012.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	91.727	102.829
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado por ação	55.579	55.502
Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação (em Reais)	1,6504	1,8527

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes.

A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde a quantidade de ações em circulação.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de

dados e “gift cards”. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, aferindo a elas, autenticidade, integridade, privacidade e validade jurídica. Complementamos o nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificados de atributos e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBTIDA e lucro operacional.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

31/12/2013	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	590.161	351.187	204.216	29.428	-	1.174.992
Intersegmento	216	108	2.982	12	(3.318)	-
Total das receitas	590.377	351.295	207.198	29.440	(3.318)	1.174.992
Custos e despesas	(583.096)	(224.307)	(175.714)	(26.942)	3.318	(1.006.741)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(37.476)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.343	-	-	2.343
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(12.892)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(28.499)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	91.727
31/12/2013						
Ativos operacionais	346.618	135.612	182.669	22.315	(14)	687.200
Clientes (circulante)	74.555	54.503	95.730	7.355	(14)	232.129
Estoques	77.606	8.253	29.348	2.851	-	118.058
Imobilizado	194.457	72.856	57.591	12.109	-	337.013
Passivos operacionais	30.639	12.568	20.106	729	(14)	64.028
Fornecedores (circulante)	30.639	12.568	20.106	729	(14)	64.028
31/12/2012 – (Reapresentado)	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	407.666	297.558	184.499	6.979	-	896.702
Intersegmento	478	240	1.943	-	(2.661)	-
Total das receitas	408.144	297.798	186.442	6.979	(2.661)	896.702
Custos e despesas	(363.739)	(187.741)	(149.490)	(22.758)	2.661	(721.067)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(16.750)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.140	-	-	3.140
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(11.534)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(47.662)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	102.829
31/12/2012 – (Reapresentado)						
Ativos operacionais	326.764	122.466	138.244	13.939	(3)	601.410
Clientes (circulante)	73.222	38.928	53.776	77	(3)	166.000
Estoques	56.893	17.207	23.137	2.597	-	99.834
Imobilizado	196.649	66.331	61.331	11.265	-	335.576
Passivos operacionais	30.580	10.462	14.271	371	(3)	55.681
Fornecedores (circulante)	30.580	10.462	14.271	371	(3)	55.681

As rubricas “outras despesas operacionais líquidas”, “despesas financeiras líquidas” e “imposto de renda e contribuição social sobre o lucro” estão apresentadas no quadro acima de forma não segmentada, pois a Companhia entende que estas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional.

Informações geográficas

O Grupo opera em quatro principais áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina e EUA (sendo esta a partir de dezembro de 2012).

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros, exceto EUA e Espanha, estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas		Ativos não circulantes(*)	
	Reapresentado		Reapresentado	
Informações geográficas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
No país sede da entidade – Brasil	793.961	767.962	476.559	476.917
Nos Estados Unidos da América	246.310	17.151	92.237	68.225
Na Espanha	86.505	64.457	19.859	12.210
Nos demais países estrangeiros	48.216	47.132	3.823	4.427
Total	1.174.992	896.702	592.478	561.779

(*) Não contempla instrumentos financeiros e tributos diferidos.

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento (“CPC 22”), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

22. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	92.093	123.431	120.226	150.491
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	31.312	41.966	40.877	51.167
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(20.368)	(17.786)	(797)	(1.068)
Perdas no recebimento de créditos	(137)	18	(155)	23
Incentivos fiscais	(99)	(428)	(955)	(876)
Juros sobre capital próprio	(10.311)	(4.342)	(10.311)	(4.342)
Parcela isenta do adicional	(24)	(24)	(96)	(72)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	(148)	(2.507)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	(196)	1.691
Outras adições / exclusões	(7)	1.198	280	3.646
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	366	20.602	28.499	47.662
Alíquota efetiva	0,40%	16,69%	23,70%	31,67%
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.074	13.924	43.351	39.306
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.708)	6.678	(14.852)	8.356
	366	20.602	28.499	47.662

23. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 8.458 (R\$ 13.263 em 31 de dezembro de 2012), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui outros benefícios concedidos a seus administradores.

24. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais

adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, empréstimos e arrendamentos, débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, créditos com partes relacionadas e dividendos a receber, que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e dividendos se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing a pagar da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui derivativos em aberto.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	90.048	90.048	152.203	152.203
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	106.090	106.090	233.568	233.568
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.188	1.188
Fornecedores	Outros passivos	31.000	31.000	65.649	65.649
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	Outros passivos	274.279	279.427	412.092	422.440

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

		Controladora		Consolidado	
Classificação		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
				Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	30.758	30.758	115.779	115.779
Aplicações financeiras - caixa restrito	Mantidas até o vencimento	102.924	102.924	102.924	102.924
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	89.991	89.991	167.158	167.158
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	25.057	25.057	1.094	1.094
Fornecedores	Outros passivos	29.116	29.116	55.828	55.828
Derivativos	Valor justo	596	596	596	596
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	Outros passivos	290.321	290.259	402.766	402.391

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 46 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 46 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida os ativos e passivos registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora			
	Valor de mercado para ativos	Outros impactos significativos	Outros impactos significativos não	
Descrição	31/12/2013	idênticos (Nível 1)	observáveis (Nível 2)	observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	84.562	-	-
Total dos ativos	-	84.562	-	-

Descrição	Controladora		
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo	31/12/2012		
Equivalentes de caixa	-	28.207	-
Total dos ativos	-	28.207	-

Passivo				
Derivativos		-	596	-
Total dos passivos		-	596	-

Descrição	Consolidado			
	31/12/2013	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	118.188	-
Total dos ativos		-	118.188	-

Descrição	Consolidado			
		Valor de mercado para ativos	Outros impactos significativos	Outros impactos significativos não
	31/12/2012 <small>(Reapresentado)</small>	idênticos (Nível 1)	observáveis (Nível 2)	observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	74.375	-
Total dos ativos		-	74.375	-
Passivo				
Derivativos		-	596	-
Total dos passivos		-	596	-

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 6.698 e R\$ 13.396 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de dezembro de 2013.

- **Risco de câmbio**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Peso Argentino. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 uma redução no montante total de R\$ 3.373 e R\$ 6.746 no patrimônio líquido da Companhia. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 uma redução no montante de R\$ 9.402 e R\$ 18.804 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 uma redução no montante de R\$ 5.392 e R\$ 10.782 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do Dólar e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 1.170 e R\$ 2.342.

Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possuía posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada (variação do dólar + taxa de 2,24% a.a.) e posição ativa

em percentual de 100% do CDI em reais. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos estava na variação cambial do Dólar.

Em 31 de julho de 2013, foi assinado aditivo ao contrato, que liberou os numerários dados em garantia ao empréstimo pela Valid S.A. que estavam alocados em 30 de junho de 2013 no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito conforme Nota 8 e adicionalmente, os contratos de Swap cambial mencionado acima, foram liquidados e geraram na data de 5 de agosto de 2013 uma entrada de caixa na Valid S.A no total R\$5.320, líquidos de imposto de renda.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- **Contas a receber**

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- **Depósitos em bancos e instituições financeiras**

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2013 de acordo com o item 39 do CPC 40 (R1):

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	31.000	-	-	-	-	31.000
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	4.222	270.057	-	274.279
Total	31.000	-	4.222	270.057	-	305.279

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	65.649	-	-	-	-	65.649
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	115	18.813	393.164	-	412.092
Total	65.649	115	18.813	393.164	-	477.741

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2013:

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	90.048	-	-	-	90.048
Contas a receber de clientes	90.615	7.227	8.248	-	-	106.090
Total	90.615	97.275	8.248	-	-	196.138

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	152.203	-	-	-	152.203
Contas a receber de clientes	191.259	22.319	19.990	-	-	233.568
Dividendos a receber	-	-	1.188	-	-	1.188
Total	191.259	174.522	21.178	-	-	386.959

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras e à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,58%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	84.562	CDI	10,58%	7,94%	5,29%
Receita financeira bruta			8.947	6.714	4.473

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	118.188	CDI	10,58%	7,94%	5,29%
Receita financeira bruta			12.504	9.384	6.252

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2013. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,29% para a quarta emissão, sendo esta média relacionada ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 4ª emissão	254.222	CDI +0,71%	11,29%	14,11%	16,94%
Despesa financeira bruta			28.702	35.871	43.065

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente as obrigações da Certificadora com o financiamento em 31 de dezembro de 2013. Foi considerada a taxa de 5% como TJLP projetada e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento BNDES	21.556	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Despesa financeira bruta			1.078	1.347	1.617

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	R\$ 7.343
Riscos operacionais	R\$ 368.426
Riscos diversos	R\$ 25.500
Veículos	R\$ 3.193
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 12.000
Fidelidade e Crime	R\$ 5.000
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.000 mil

26. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)	
Receita bruta de vendas e serviços	710.221	698.241	1.321.158	1.021.830
Impostos sobre vendas	(89.217)	(86.268)	(118.528)	(110.417)
Devoluções sobre vendas	(22.977)	(11.993)	(27.638)	(14.711)
Receita de vendas líquida	598.027	599.980	1.174.992	896.702

27. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)	
Mão de obra	141.227	129.691	267.667	167.491
Benefícios a empregados	43.369	41.431	58.017	48.496
Impostos e taxas	45.665	42.716	65.498	54.015
Aluguel	26.692	27.762	45.520	29.721
Depreciação e amortização	28.787	22.799	48.658	32.563
Material de consumo/Matéria prima	149.650	152.641	287.996	226.318
Serviços de terceiros	23.268	20.808	55.415	36.956
Manutenção	13.058	13.710	23.958	16.749
Utilidades e serviços	32.382	27.969	62.264	41.788
Comissões sobre vendas	10.983	11.325	24.412	15.088
Frete sobre vendas	12.373	9.738	30.232	22.498
Gerais e outros	28.233	17.482	37.104	29.384
	555.687	518.072	1.006.741	721.067
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	486.047	448.787	873.026	624.291
Despesas com vendas	36.925	33.462	84.961	58.706
Despesas administrativas	32.715	35.823	48.754	38.070
	555.687	518.072	1.006.741	721.067

28. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)	
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	17.712	5.426	21.803	8.870
Atualizações contas a receber/mútuo	12.559	2.643	2.025	2.768
Variação monetária	453	617	495	628
Outros	788	81	1.672	550
	31.512	8.767	25.995	12.816
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(26.794)	(18.596)	(33.272)	(18.856)
Swap	-	(596)	-	(596)
Juros variação cambial	(9.701)	-	(2.313)	(890)
Despesas bancárias	(1.190)	(1.381)	(2.091)	(1.881)
Outros	(769)	(14)	(1.211)	(2.127)
	(38.454)	(20.587)	(38.887)	(24.350)
Total líquido	(6.942)	(11.820)	(12.892)	(11.534)

29. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	(Reapresentado)			
Ações em tesouraria resgatadas para liquidação de passivo	2.587	2.354	2.587	2.354
Dividendos declarados e não recebidos	-	25.057	1.188	1.094
Imobilizado adquirido e não pago	2.607	1.686	2.654	1.790
Imobilizado adquirido através de leasing financeiro	-	27.416	-	27.416
Contraprestação contingente referente à aquisição da ScreenCheck não liquidado	-	-	6.641	-

b) Aquisição da ScreenCheck

	16/08/2013
	ScreenCheck
Caixa e equivalentes de caixa	354
Contas a receber de clientes	2.448
Estoques	1.397
Outras contas a receber	191
Ativo não circulante	3
Imobilizado	1.888
Intangível	4.466
Fornecedores	(849)
Impostos e taxas a recolher	(253)
Outras contas a pagar	(1.351)
Ágio na aquisição	8.968
Preço de compra	17.262
Contraprestação contingente	(6.641)
Valor liquidado em caixa	10.621
Caixa adquirido da controlada	(354)
Caixa pago pela aquisição, líquido do caixa adquirido	10.267

30. Eventos Subsequentes

- Em 21 de janeiro de 2014, a Companhia através de reunião do Conselho de Administração, aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, com base no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 5.887, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,105882353 (em Reais) por ação. O pagamento foi realizado no dia 31 de janeiro de 2014.
- Em 21 de janeiro de 2014 a subsidiária indireta Valid Certificadora teve liberado mais uma parcela da linha de crédito contratada junto ao BNDES no montante de R\$ 5.000, perfazendo até esta data uma captação total de R\$ 26.500 dos R\$ 29.875 contratados.
- Em 10 de fevereiro de 2014 a Companhia transferiu para sua controlada Valid Espanha o montante de US\$ 2.500. Essa transferência está lastreada pelo contrato de mútuo que as empresas têm firmado entre si conforme Nota 18.